

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE PESSOAS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

1

***Henrique Gonçalves dos Santos¹; Izabela Faria Vieira²; Raquel de Souza Dias de Jesus³;
Cristina Schmidt⁴***

RESUMO: O presente trabalho analisa o processo de alfabetização e letramento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ressaltando a importância de práticas pedagógicas individualizadas e inclusivas, fundamentadas em políticas públicas e legislações como a LDB 9.394/96, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/15) e a Lei Berenice Piana (Lei 12.764/2012). A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, realizou levantamento bibliográfico e coleta de dados em escolas públicas de Bertioga, investigando como docentes utilizam ou podem utilizar metodologias e tecnologias assistivas, como PECS, TEACCH e ABA, para atender às necessidades de aprendizagem de alunos com TEA. Os resultados indicam que a eficácia da alfabetização depende de avaliação diagnóstica contínua, da formação docente e da colaboração entre escola, família e profissionais da saúde. É evidente que a alfabetização de crianças com TEA requer atenção às particularidades individuais, assegurando inclusão, equidade, autonomia e uma educação verdadeiramente inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Letramento; Transtorno do Espectro Autista; Educação; Inclusão; Metodologias.

LITERACY AND READING SKILLS FOR PEOPLE WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER

ABSTRACT: This study analyzes the literacy and reading-writing development process of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), highlighting the importance of individualized and inclusive pedagogical practices based on public policies and legislations such as the National Education Guidelines and Framework Law (LDB 9.394/96), the Brazilian Inclusion Law (Law 13.146/15), and the Berenice Piana Law (Law 12.764/2012). This qualitative and exploratory research involved a literature review and data collection in public schools in Bertioga, investigating how teachers use or can use methodologies and assistive Technologies, such as PECS, TEACCH, and ABA, to meet the learning needs of students with ASD. The

¹ Graduando no curso de Pedagogia da Faculdade Bertioga. Fez estágio de observação docente no EM Profª Inácio Hora (2025). E-mail: hgoncalves923@gmail.com.

² Graduanda no curso de Pedagogia da Faculdade Bertioga. Fez estágio de observação docente no EM José Carlos Buzinaro (2025), NEIM Guaratuba (2025) e EMEIF Boracéia (2025). E-mail: iza.faria@hotmail.com.

³ Graduanda no curso de Pedagogia da Faculdade Bertioga. Fez estágio de observação docente no EM Profª Vilma Aparecida de Almeida Ribas (2024) e EMEIF Boracéia (2025). E-mail: raquelsouzadias.jesus@gmail.com.

⁴ Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC – SP. Mestre em Teoria e Ensino da comunicação pela UMESP. Professora na Faculdade Bertioga – FABE. Pesquisadora no grupo de pesquisa GREC – Museologia – UFBA. Orientadora. E-mail: cristina.schmidt.sp@gmail.com.

results indicate that the effectiveness of literacy depends on continuous diagnostic assessment, teacher training, and collaboration among schools, families, and health professionals. It is evident that the literacy of children with ASD requires attention to individual particularities, ensuring inclusion, equity, autonomy, and truly inclusive education.

2

KEYWORDS: Literacy. Reading and writing. Autism Spectrum Disorder. Education. Inclusion. Methodologies.

1. Introdução

A alfabetização e o letramento são processos indispensáveis para a formação integral de um cidadão. Enquanto a alfabetização refere-se ao processo de aquisição do sistema de escrita, o letramento está relacionado à capacidade de utilizar leitura e escrita de forma funcional em diferentes contextos sociais.

De acordo com Soares (2020), ambos os processos são complementares e devem ser trabalhados de forma integrada. A autora concretizou o termo “alfalettrar” para evidenciar o sincronismo entre a alfabetização e o letramento, e destacou a importância do respeito à diversidade linguística e cultural dos alunos, ressaltando que toda criança pode aprender a ler e a escrever, desde que os mesmos tenham acesso a práticas pedagógicas adequadas desde a educação infantil.

Entretanto, para alunos com o transtorno do espectro autista, faz-se necessário que a alfabetização e o letramento tenham uma abordagem singular que atenda as especificidades do educando. Conforme o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 2013), o Transtorno de Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação e na interação social em múltiplos contextos, bem como padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades.

Entre os critérios diagnósticos estão: déficits na reciprocidade social-emocional; déficits na comunicação não verbal utilizada para interação social; dificuldades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos; comportamentos repetitivos ou estereotipados; aderência inflexível à rotina; interesses fixos que são anormais em intensidade ou foco;

respostas atípicas a estímulos sensoriais ou interesse incomum em aspectos sensoriais do ambiente. Essas características exigem um planejamento pedagógico sensível às necessidades cognitivas e emocionais dos educandos, construindo uma atuação integrada entre os professores, as famílias e os profissionais da saúde.

Segundo o Art. 27 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.145/15), o ambiente escolar deve ser inclusivo, promovendo o máximo de desenvolvimento possível das habilidades dos alunos. No entanto, os dados revelam uma realidade preocupante: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE (2022), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, aponta que há 18,6 milhões de brasileiros com deficiência, e a taxa de analfabetismo nesse grupo é de 19,5%, contra 4% entre pessoas sem deficiência. Esses índices revelam a urgência de práticas pedagógicas mais inclusivas e efetivas.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018) reforça a importância da formação continuada dos docentes para garantir um ensino de qualidade e inclusivo. O processo de aquisição da linguagem e da escrita por alunos com TEA exige que os professores compreendam os desafios específicos da comunicação e da interação social. Para isso, é essencial que as escolas e o poder público, por meio de políticas educacionais, invistam em formação permanente, em metodologias comprovadas, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), além de oferecer apoio pedagógico e promover ações intersetoriais.

Em vista disso, como as abordagens em sala de aula podem suprir as necessidades do público elegível para a educação especial de transtorno do aspecto autista no contexto da alfabetização e letramento?

Segundo Serra (2023), o sucesso na alfabetização de alunos com TEA depende da identificação prévia de suas habilidades e necessidades, por meio de avaliações que considerem aspectos como linguagem, atenção, comportamento e ansiedade. Essas informações permitem elaborar planejamentos personalizados, adequados ao perfil de aprendizagem de cada discente.

Portanto, cabe a este artigo científico analisar o processo de alfabetização de alunos público-alvo da educação especial, verificando as principais dificuldades relacionadas e explorando abordagens adaptativas, estratégias e metodologias específicas que auxiliem na superação dos desafios, descrever os conceitos e a importância da alfabetização e do letramento,

levantar e analisar avaliações de habilidades que antecedem a alfabetização para definir caminhos específicos para cada aluno, e apresentar políticas públicas para as formações continuadas que assegurem a qualidade das práticas pedagógicas docentes.

4

Diante disso, esta pesquisa busca contribuir para a reflexão e aprimoramento das práticas pedagógicas voltadas à alfabetização e letramento de alunos com TEA, com ênfase na formação de professores, no planejamento individualizado e na promoção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo. Em um cenário no qual a matrícula de alunos na educação especial aumentou em 41,6% entre 2019 e 2023 (INEP, 2024), é necessário investir em políticas públicas eficazes que promovam equidade no acesso e permanência desses estudantes na escola regular. A alfabetização e o letramento, nesse contexto, devem ser planejados com base em estratégias que respeitem as especificidades e o tempo de aprendizagem de cada aluno, promovendo autonomia, participação e desenvolvimento integral.

De natureza qualitativa, esta pesquisa buscou analisar os aspectos subjetivos de um fato da realidade social, considerando que é uma atividade situada que localiza o observador no mundo, conforme Denzin e Lincoln (2006, p. 17). O desenvolvimento do estudo se dará por meio de pesquisa exploratória, e para a coleta de dados, serão adotados os procedimentos de levantamento bibliográfico e, também, um levantamento de dados em campo da realidade das escolas públicas do município de Bertioga com os professores das instituições, utilizando o *Google Forms* para criar um formulário de pesquisa, em amostra aleatória simples.

Por fim, para analisar todos os dados coletados e trazer os resultados da pesquisa, será adotado o método descritivo de análise de dados, que se refere à observação e descrição de dados apresentados ao longo do projeto sem a interferência de quem descreve.

2. Alfabetização e Letramento: Definição e Importância

A alfabetização consiste no processo de ensino e aprendizagem da escrita, buscando o domínio do sistema alfabético e ortográfico, ou seja, é um processo de codificação e decodificação dos elementos que compõe o sistema convencional da escrita. O uso da leitura e da escrita tem como objetivo apoiar a inclusão do sujeito nos aspectos sociais, culturais,

cognitivos, linguísticos, entre outros, o que leva a transformação da vida do indivíduo. A alfabetização possibilita a interação e domínio da leitura e da escrita, revelando um mundo socialmente codificado.

Lazzarotto, ao trazer a citação de Soares, foi preciso ao recortar que:

Alfabetizar é dar condições para que o indivíduo - criança ou adulto - tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidades de decodificação e codificação do sistema da escrita, mas, e, sobretudo, de fazer uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade e também como instrumento na luta pela conquista da cidadania plena (Soares, 1998, p.33, apud Lazzarotto, 2010, p.15).

É possível resumir, então, que a alfabetização é o momento em que se obtêm o código escrito e as habilidades necessárias para utilizá-lo na leitura e na escrita, é o domínio da tecnologia, um conjunto de técnicas que possibilitam a prática da escrita científica, conforme Soares (2003).

O termo Letramento é compreendido como uma habilidade que possibilita o sujeito a utilizar a leitura e a escrita em outras áreas sociais, passando a entender o mundo. É a imersão nos usos sociais da linguagem escrita e do uso funcional da leitura e escrita no cotidiano.

Segundo Soares:

Letramento – Capacidade de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita, o que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos - para informar ou informar-se, para interagir com outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para dar apoio à memória etc.; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelas convenções de leitura que marcam o texto ou de lançar mão dessas convenções, ao escrever; atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor (Soares, 2020, p.27).

Soares (2003) esclarece que letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a leitura e a escrita dentro de um contexto com sentido, que faz parte da vida do indivíduo. Assim, enquanto a alfabetização relaciona o domínio do código linguístico, o letramento envolve a apropriação das práticas sociais de leitura e escrita.

Para destacar a importância do Letramento, Freire (1987) enfatiza que o letramento tem como relevância a promoção da cidadania ativa ao relacionar a leitura de mundo e da palavra

como condições para o exercício da cidadania, defendendo a alfabetização como um ato político, onde “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” ao desenvolver a capacidade de interpretar o contexto social, político e cultural. Já conforme Kleiman (1995), o letramento é essencial pois possibilita a inserção social e a participação do indivíduo em diferentes áreas da vida.

Sobre a alfabetização no Brasil, Soares diz:

Ao longo do tempo, a alfabetização no Brasil foi marcada por diferentes métodos e propostas, que se sucederam ou coexistiram, variando entre o predomínio da memorização mecânica das letras e sílabas e as tentativas de contextualização do ensino da leitura e da escrita. Essas mudanças refletem tanto transformações pedagógicas quanto políticas educacionais (Soares, 2004, p. 45).

De acordo com Oliveira (1992), os métodos de alfabetização foram classificados em dois grandes grupos: os métodos sintéticos, que partem das menores unidades (letras, sílabas, fonemas) para chegar às palavras e frases, e os métodos analíticos, que fazem o caminho inverso, partindo das unidades maiores para chegar às menores.

Os métodos sintéticos são: o método alfabético (parte da memorização do alfabeto e da combinação de letras para formar sílabas e palavras); o método fônico (parte da correspondência do grafema com o fonema); e o método silábico (parte da sílaba como unidade básica, ensinando combinações silábicas). Já os métodos analíticos são: o método de palavração (ensino da leitura a partir de palavras significativas ao aluno); o método sentencial (parte de sentenças completas para depois analisar as palavras que compõem); e o método global (parte do texto integral).

Com estudos de Ferreiro e Teberosky (1985) surge a compreensão de que a criança elabora hipóteses de escrita, mudando o foco do “como ensinar” para “como cada criança aprende”, transformando os métodos de alfabetização em recursos pedagógicos que possam ser utilizados conforme as necessidades de cada aluno, enquanto que Soares (2004), aborda não apenas a alfabetização, mas também o letramento, como processos distintos, no entanto indissociáveis, de modo que alfabetizar implica, simultaneamente, inserir o aluno em contextos significativos de leitura e escrita.

Antecedendo o processo da alfabetização, é essencial avaliar as habilidades pré-requisitos para a aprendizagem da leitura e da escrita, pois aspectos como a atenção, a

coordenação motora fina, a percepção visual e a memória de trabalho auxiliam no reconhecimento de letras e na escrita e dão uma base cognitiva, motora e socioemocional que intervém diretamente no sucesso do processo de alfabetização.

Ao definir possíveis caminhos para a alfabetização de cada aluno, é possível compreender que o processo de aprendizagem não é homogêneo e deve considerar as particularidades de cada um. Nesse sentido, a escola precisa adotar práticas avaliativas e metodológicas que respeitem essas singularidades.

A avaliação diagnóstica é fundamental para identificar em qual nível de desenvolvimento da escrita o aluno se encontra: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético ou alfabético, conforme Ferreiro e Teberosky (1985). Além disso, a avaliação deve ser contínua, para identificar os avanços graduais, as dificuldades persistentes e as estratégias próprias de aprendizagem Luckesi (1998).

Para alunos com TEA, a avaliação deve ser ampliada para abranger também observações de habilidades comunicativas, formas de interação, comportamentos e interesses restritos, pois o mapeamento da avaliação permite planejar intervenções adequadas às necessidades de cada um, sendo importante valorizar os pequenos progressos encontrados.

3. Aspectos Legais e Políticas Públicas

A educação de crianças com TEA no Brasil é amparada por múltiplas políticas públicas e leis que asseguram o acesso, a permanência e a aprendizagem, através de uma perspectiva de inclusão, individualização e qualidade pedagógica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996) estabelece que o atendimento educacional especializado deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando o direito à educação inclusiva.

A legislação educacional brasileira reconhece que a formação continuada do professor é essencial para assegurar a qualidade de ensino e a implementação de práticas pedagógicas eficazes.

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência 13.146/15 surge como Estatuto da Pessoa com Deficiência, assegurando e promovendo o exercício dos direitos e das

liberdades fundamentais por pessoas com deficiência. No art. 27º, a lei determina que o ambiente escolar deve ser inclusivo, ao indicar que a escola deve oportunizar o máximo de desenvolvimento possível dos talentos e das habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, de acordo com as características, interesses e necessidades de aprendizagem.

A Lei Berenice Piana 12.764/2012 estabelece que pessoas com TEA têm direitos iguais aos de pessoas com deficiência, incluindo o direito de um acompanhante especializado e de um Plano de Ensino Individualizado (PEI). Em complemento, o parecer CNE/CP nº50/2023 aponta boas práticas e exigências de adequação para o atendimento do público da educação especial.

De acordo com Mortatti (2000, p. 78), “O Estado tem a obrigação de garantir a formação permanente dos professores, de modo que possam desenvolver suas práticas com base em conhecimento atualizado e em consonância com as demandas sociais e educativas”.

O Plano Nacional de Educação (PNE – Lei 13.005/14) é o principal instrumento de planejamento da política educacional brasileira, estabelecendo metas que o país pretende alcançar em dez anos. O PNE atual tem vigência até dezembro de 2025, porém está em tramitação o PL 2.614/2024 que propõe o novo PNE com vigência até 2034. Dentre os objetivos propostos estão valorização dos profissionais da educação, incluindo programas de formação continuada como parte fundamental para alcançar esse objetivo.

Ademais, o Programa Mais Professores, lançado em janeiro de 2025, também mantém o objetivo de valorizar e qualificar os docentes da educação básica, ao oferecer oportunidades de formação inicial e continuada, e pós-graduação para os professores. O programa abrange: o pé-de-meia Licenciaturas, um apoio financeiro para estudantes de licenciatura, incentivando a permanência e conclusão do curso; o Bolsa Mais Professores, um auxílio financeiro para docentes que atuarem em regiões com falta de professores; e o Portal Mais Professores, uma plataforma para formação e qualificação oferecidas pelo MEC e outras instituições parceiras, além da Prova Nacional Docente para unificar e qualificar a seleção de professores nos Estados e Municípios.

Além disso, o Programa Parfor Equidade (Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), que ao longo do tempo foi adaptado para priorizar a equidade, é uma iniciativa conduzida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPES (BRASIL, 2023). Seu ponto principal é a formação de professores para atender grupos específicos, ao ofertar cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam, agindo em articulação com as redes públicas e comunitárias.

Em Bertioga, conforme disposto na Lei Complementar nº 155/2020, a educação especial deve ser implementada como modalidade da educação básica, na perspectiva da educação inclusiva e de forma transversal em todas as etapas de ensino.

Essas políticas e programas demonstram o compromisso em assegurar uma educação inclusiva e qualificada, adaptadas às necessidades de cada aluno, promovendo assim o pleno desenvolvimento das crianças com TEA no País.

4. Metodologias, Abordagens Adaptativas e Estratégias

A aquisição da linguagem para alfabetização de crianças com TEA é desafiadora para os docentes e seus alunos, visto os déficits em comunicação e interação social. Cabe a comunidade escolar estar preparada para enfrentar as adversidades, respeitar as singularidades de cada discente e auxiliar no desenvolvimento pleno e na formação integral de cidadãos, buscar estratégias que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem, como o oferecimento de cursos de formação para os professores regentes de sala, para aumentar o conhecimento sobre o transtorno do espectro autista, enriquecer as abordagens utilizadas e criar planos educacionais individualizados (PEI). Além disso, envolver a família, alertando sobre a importância de um atendimento de saúde infantil especializado e do trabalho conjunto entre a escola e a família para o desenvolvimento integral dos alunos.

Aos docentes, além da necessidade de formação continuada para compreender o funcionamento do cérebro de crianças com TEA e implementar metodologias eficientes, cabe também oferecer apoio pedagógico e realizar planejamento com abordagens que considerem as especificidades de cada aluno. É importante que os professores colaborem com famílias e profissionais de saúde, garantindo o pleno desenvolvimento do educando.

Cada criança apresenta um perfil único de desenvolvimento, com diferentes formas de comunicação e estilos de aprendizagem. Por isso, é fundamental que o professor e a equipe

escolar mantenham diálogo constante com terapeutas e demais profissionais da equipe multidisciplinar envolvidos no atendimento à criança com TEA, a fim de desenvolver estratégias pedagógicas individualizadas, respeitando as necessidades específicas de cada aluno. Nesse contexto, o uso de metodologias adaptativas e Tecnologias Assistivas - TAs se torna uma ferramenta estratégica, pois favorece o desenvolvimento da linguagem receptiva e expressiva, seja ela oral, gestual ou escrita. Essas metodologias desenvolvem a associação entre palavras, imagens e seus significados, permitindo que o indivíduo compreenda instruções, realize demandas e interaja de forma mais eficaz com o ambiente que o cerca. Essa compreensão é essencial para reduzir comportamentos como a ecolalia, promovendo a funcionalidade da linguagem.

Nesse processo, as Tecnologias Assistivas têm um papel fundamental na utilização de recursos, equipamentos, softwares, serviços e práticas que promovem a funcionalidade, a independência e a inclusão de pessoas com deficiência. Para crianças atípicas, a comunicação pode representar um desafio, e recursos como vocalizadores, pranchas de comunicação e aplicativos, como “Matraquinha” e “Livrox”, contribuem significativamente para o processo de ensino-aprendizagem de crianças não verbais ou com dificuldades na fala, possibilitando uma interação mais efetiva e inclusiva.

Um exemplo consolidado é o Picture Exchange Communication System - PECS, criado em 1985 pelo psicólogo Andrew S. Bondy e pela fonoaudióloga Lori A. Frost, nos Estados Unidos. O método utiliza imagens para auxiliar a comunicação de crianças com TEA. Segundo Vieira (2012), quando o PECS é implementado, a fala começa a ser estimulada de forma progressiva, e as crianças aprendem as regras básicas da comunicação. Com incentivo contínuo, o uso da fala pode ser promovido a longo prazo, sendo necessário fornecer condições ideais para o aparecimento e desenvolvimento de vocalizações.

Bondy e Frost (2001) descrevem que o treinamento com o PECS é realizado em **seis etapas sequenciais: fazer pedidos** por meio da troca de figuras pelos itens desejados; **ir até a tábua de comunicação**, pegar uma figura, ir até um adulto e entregá-la em sua mão; **discriminar figuras**, reconhecendo diferentes imagens e seus significados; **solicitar itens utilizando frases simples**, fixadas na tábua de comunicação; **responder à pergunta “O que**

você quer?”, desenvolvendo a compreensão de questionamentos verbais; e por fim **emitir comentários espontâneos**, promovendo a comunicação intencional e a interação social.

11

Outra abordagem importante é o *Treatment and Education of Autistic and Communication Handicapped Children* - TEACCH, criado pelo psicólogo Eric Schopler, na Alemanha nos anos 60, e sediada em 1972 na Universidade da Califórnia. O TEACCH tem como objetivo alfabetizar e estruturar rotinas visuais, informando horários e datas para crianças com TEA por meio de planilhas e quadros ilustrativos de fácil compreensão. A aplicação do TEACCH requer a aproximação com a família e a própria criança, garantindo maior efetividade do método. No Brasil, essa abordagem é utilizada, por exemplo, pelo Instituto Indigo, na cidade de Bertioga.

A Análise do Comportamento Aplicada – ABA, foi desenvolvida a partir dos princípios do psicólogo Burrhus Frederic Skinner e, posteriormente, aplicada por Ole Ivar Lovaas na década de 1960 para crianças com TEA. O ABA foca no ensino de novas habilidades e na alteração de comportamentos, incentivando a redução de comportamentos indesejáveis e o fortalecimento dos desejáveis por meio de reforço positivo.

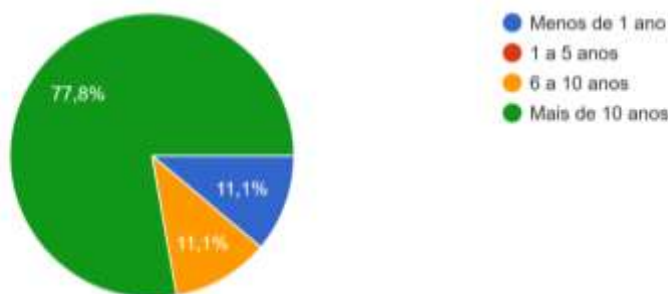
A seleção da metodologia adequada deve considerar tanto observações pedagógicas quanto as avaliações clínicas, o que requer a colaboração entre escola, família e profissionais de saúde, a fim de desenvolver estratégias personalizadas que atendam às necessidades individuais de cada criança com TEA.

5. Práticas e Desafios no Município de Bertioga

A pesquisa exploratória envolveu nove professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Bertioga com experiência em TEA, e revelou que, apesar de a amostra ser composta sobretudo por docentes experientes, sendo 77,8% com mais de 10 anos de atuação, existem lacunas críticas na formação e no suporte institucional que comprometem a alfabetização inclusiva.

Há quanto tempo você atua como professor(a)?

9 respostas



12

Ao serem questionados sobre as maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos com TEA no processo de alfabetização e letramento, os professores apontaram que as barreiras de alfabetização e letramento dos alunos com TEA se concentram principalmente na comunicação, na regulação sensorial e nas funções motoras. Também destacam a dificuldade das crianças em manter o foco, a flexibilidade de rotina e a sensibilidade ao ambiente, como o barulho intenso, que diretamente afetam a concentração necessária para aquisição da leitura e da escrita.

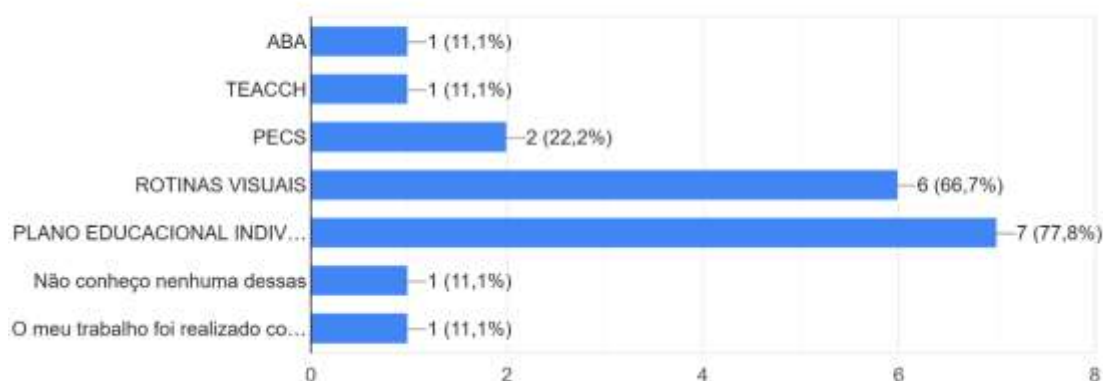
Em sintonia com a identificação dessas barreiras, há um consenso de que a alfabetização de alunos com TEA não deve seguir o mesmo método utilizado para os demais alunos, conforme defendem Fernandes e Amato (2022) e as orientações do Ministério da Educação (BRASIL, 2024), que enfatizam a necessidade de planejamento individualizado, flexível e pautado nas particularidades de cada estudante. Os professores destacam que a metodologia deve ser construída com base nas particularidades de cada criança, conforme sintetiza o relato: “A alfabetização do aluno com TEA não deve ser exatamente igual aos demais alunos, embora deva ter a mesma base pedagógica, precisa de adaptações metodológicas como maior individualização, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada um e apoio visual...” (P6).

A análise sobre o conhecimento de metodologias específicas voltadas a alunos com TEA evidenciou um foco principal no uso de ferramentas práticas de organização e planejamento. 77,8% dos professores afirmaram conhecer e utilizar rotinas visuais e o plano educacional individualizado (PEI), que são ferramentas essenciais para promover a adaptação curricular. Contudo, a pesquisa indicou uma baixa implementação de intervenções comportamentais e

comunicativas no cotidiano escolas: 1% das professoras afirmaram conhecer ou usar ABA e TEACCH. Apenas 22,2% mencionaram o uso de PECS (sistema de comunicação por troca de imagens). Esse panorama sugere que, embora haja esforços práticos para a adaptação durante a rotina, há uma carência no uso de metodologias com eficácia comprovada para o desenvolvimento da comunicação e comportamento de indivíduos com TEA.

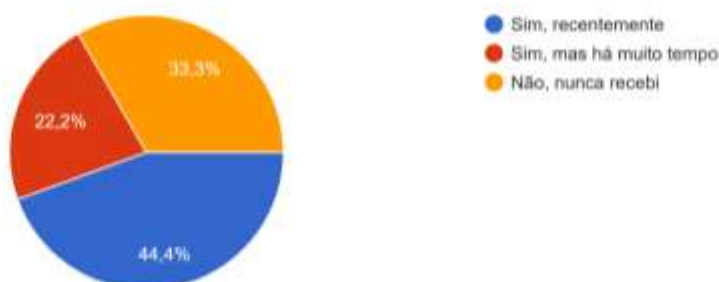
13

Você conhece ou já utilizou alguma das metodologias a seguir com alunos com TEA?
9 respostas



Apenas 33,3% se sentem totalmente preparados para adaptar suas práticas pedagógicas. A maioria, 55,6%, encontra algumas dificuldades e 11,1% não se sentem preparados. Essa insegurança está ligada aos dados de formação continuada: 44,4% receberam formação recente, 22,2% receberam há muito tempo, e 33,3% nunca receberam formação sobre educação inclusiva.

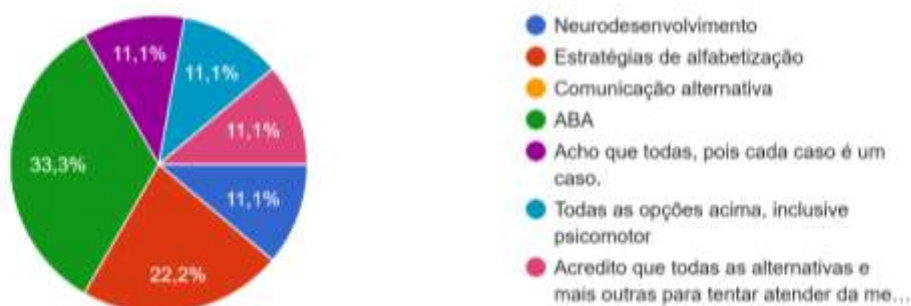
Você já recebeu formação continuada sobre educação inclusiva ou especificamente sobre TEA?
9 respostas



Essa divisão demonstra a fragilidade da política de formação continuada, onde a falta de preparo específico se torna a maior barreira para efetivar a inclusão. Os professores identificaram as próprias necessidades, indicando que as formações mais importantes seriam:

Na sua opinião, quais formações seriam mais importantes para apoiar o trabalho com alunos com TEA?

9 respostas



Em relação ao suporte institucional, a maioria dos professores reportou uma estrutura de apoio precária ou parcial. Apenas 22,2% das escolas contam com equipe de apoio (psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo) de forma plena, 44,4% possuem o apoio parcial por parcerias ou convênios e 33,3% não contam com esse suporte.

A ausência do apoio multidisciplinar agrava o desafio pedagógico, transferindo a responsabilidade da adaptação integral para o professor regente. Esse cenário é composto pela divergência sobre o ambiente ser inclusivo: enquanto quatro professores responderam que sim, baseados na presença dos agentes de apoio, três responderam que não. Uma resposta destacou que: "Não! Porque na minha opinião a inclusão ainda não acontece de fato. Ela é muito desejada, porém caminha a passos curtos. No momento, percebo que existe uma integração e não inclusão." (P4), e outra rebate que: "Acredito que sim... vejo que alguns aspectos que tornam o ambiente inclusivo são contemplados na unidade escolar que trabalho como o uso de materiais adaptados, rotina clara, regras visuais, atendimentos educacionais especializados, respeito às diferenças e combate ao preconceito. Porém, vejo que ainda não é totalmente inclusivo porque falta formação contínua dos professores, as turmas são muito numerosas e as estruturas físicas são limitadas" (P8).

Apesar das limitações estruturais, a pesquisa indica um esforço pedagógico considerável. 77,8% dos professores realizam adaptações curriculares e pedagógicas com base no perfil individual dos alunos com TEA, e 44,4% afirmaram participar da elaboração do PEI.

A importância da avaliação diagnóstica foi destacada, sendo realizada pela maioria dos professores, que utilizam instrumentos como sondagem de escrita, observação e avaliação da consciência fonológica, demonstrando um olhar atento do docente acerca da necessidade de personalizar o ponto de partida do processo de alfabetização.

Os resultados da pesquisa sintetizam que a alfabetização efetiva e inclusiva depende de dois pilares centrais: métodos estruturados, com recursos visuais, e o apoio à comunicação do aluno. Assim, o estudo demonstra que, apesar da legislação existente, e do empenho docente, a inclusão plena é prejudicada pela falta de formação específica em metodologias comprovadas e pela insuficiência de suporte multidisciplinar nas escolas de Bertioxa.

Os professores participantes destacam que a eficácia da alfabetização está associada à personalização do ensino e à valorização das particularidades de cada estudante. Um dos professores destacou que: “É essencial respeitar o ritmo e as particularidades de cada criança. É importante oferecer um ambiente acolhedor, com rotina organizada e estímulos visuais que favoreçam a compreensão.” (P4). As experiências relatadas também ilustram o impacto positivo das práticas pedagógicas adaptadas. Uma professora disse que: “Tive uma experiência muito positiva com um aluno com TEA que, no início, apresentava muita dificuldade em se concentrar. Aos poucos, com o uso de recursos visuais, jogos e músicas, ele começou a se interessar mais pelas letras e pelas histórias. Foi muito gratificante perceber seu progresso — um dia, ele conseguiu ler o próprio nome em voz alta, e toda a turma comemorou.” (P6).

Os resultados da pesquisa resumem que a alfabetização efetiva e inclusiva depende de dois pilares centrais: métodos estruturados, com recursos visuais, e o apoio à comunicação do aluno. Assim, o estudo demonstra que, apesar da legislação existente, e do empenho docente, a inclusão plena é prejudicada pela falta de formação específica em metodologias comprovadas e pela insuficiência de suporte multidisciplinar nas escolas de Bertioxa.

6. Considerações finais

A alfabetização e letramento de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) representam um desafio que exige do educador sensibilidade pedagógica e formação

continuada. Embora a alfabetização envolva o domínio do código escrito, o letramento amplia esse processo ao integrar a leitura e a escrita às práticas sociais, promovendo o desenvolvimento da autonomia e da cidadania dos alunos.

No ponto de vista legal, diversas políticas públicas brasileiras asseguram o direito à educação inclusiva, como a LDB nº 9.394/96, a Lei Brasileira de Inclusão e nº 13.146/15 e a Lei Berenice Piana nº 12.764/12, entretanto, a aplicação prática dessas legislações ainda enfrenta barreiras, especialmente na falta de suporte multidisciplinar e a escassa formação continuada específica para os professores. As leis são fundamentais para garantir o acesso, mas é a efetivação nas escolas que transforma a inclusão em realidade.

No campo das metodologias e estratégias adaptativas, a pesquisa evidenciou que práticas baseadas em evidências, como o uso da terapia ABA, do PECS, de recursos visuais e tecnologias assistivas, são fundamentais para favorecer a comunicação e a aprendizagem de alunos com TEA. O uso de planos de ensino individualizado (PEI) e a adoção de rotinas estruturadas se mostraram estratégias eficazes para potencializar o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social, respeitando o ritmo e o estilo de aprendizagem de cada estudante.

Os resultados da pesquisa realizada no município de Bertioga apontam que há um esforço significativo por parte dos professores para promover a inclusão, a alfabetização e o letramento dos alunos, porém a ausência de formações específicas e de apoio técnico limita a efetividade das práticas pedagógicas. Constatou-se que a maioria dos docentes reconhece a importância de adaptar as metodologias e valorizar as particularidades de cada aluno, mas ainda necessita de suporte institucional e da formação continuada para que seja possível aplicar metodologias como o ABA, PECS e TEACCH com consistência.

Logo, o avanço da alfabetização e do letramento de alunos com TEA depende de investimentos permanentes na formação docente, da colaboração entre escola, família, comunidade e profissionais da saúde, e da implementação efetiva de políticas públicas. A inclusão não se resume ao ato da matrícula, mas se efetiva no cotidiano da sala de aula, por meio de práticas que respeitem as diferenças e promovam o desenvolvimento integral dos alunos. Assim, a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva se consolida na soma entre sensibilidade, preparo e compromisso social.

Referências

ALBINO, M. e S. B. F.; VARGAS, T. B. T. Um Olhar Cuidadoso: Transtorno Do Espectro Autista No Âmbito Da Inclusão Escolar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 11, p. 1470-1490, 2022. DOI:10.51891. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v8i11.7745>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BONDY, Andrew; FROST, Lori. **The Picture Exchange Communication System**. Newark, DE: Pyramid Educational Consultants, 1985.

BERTIOGA (SP). Lei Complementar nº 155, de 6 de fevereiro de 2020. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Bertioiga e dá outras providências. Bertioiga: Prefeitura Municipal, 2020. Disponível em: https://www.bertioiga.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Lei-Complementar-155.20-Institui-o-Plano-Diretor-PDDSMB_06.02.pdf. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor Equidade. Brasília, DF: CAPES, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/parfor-equidade>. Acesso em: 19 jul. 2025.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 50, de 7 de dezembro de 2023. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2023.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 jul. 2025.

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 19 jul. 2025.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes para o atendimento educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 09 nov. 2025.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 19 jul. 2025.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2023 – Resumo técnico. Brasília: INEP, 2024. p. 52.

_____. Ministério da Educação. Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão. Brasília, DF: MEC, 18 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao>. Acesso em: 31 mai. 2025.

_____. Ministério da Educação. Plano de Ensino Individualizado (PEI). Brasília, DF, 2024-2027. Documento orientador. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao/a-informacao/acoes-e-programas/governanca/pei>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DEZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERNANDES, Fernanda; AMATO, Gabriela. **Autismo e práticas pedagógicas inclusivas**. São Paulo: Cortez, 2022.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1985.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

GIO, Antônio Carlos – **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD: Pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2023: Resumo Técnico**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 19 jul. 2025.

KLEIMAN, Ângela. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola**. Campinas: Mercado de letras, 1995.

LOVASS, Ole Ivar. Behavioral treatment and normal educational and intellectual functioning in young autistic children. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 55, n. 1, p. 3-9, 1987.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como se faz?** São Paulo: Moderna, 2016.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, João Batista de Araújo e. **Métodos de alfabetização: velhas polêmicas e novos rumos.** Revista Brasileira de Educação, n. 1, 1992).

SCHOPLER, Eric; MESIBOV, Gary B. **The TEACCH approach to autism spectrum disorders.** New York: Springer, 1995.

SERRA, Dayse Carla Genero. **Atividades de alfabetização de alunos com TEA.** Rio de Janeiro, Wak, 2021.

SERRA, Dayse Carla Genero. **Alfabetização de alunos com TEA: Transtorno do Espectro Autista.** Vol. 2. ed. Niteroi: Wak Editora, 2023.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Science and Human Behavior.** New York: Macmillan, 1953.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** 7º. ed, 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2024.

_____. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2020.

_____. **Letrando.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.